



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



TERMO DE CONTRATO Nº 63.3.36/2021/FMAS/CSL

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 63.3.36/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PB E A EMPRESA ELETROLUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE MONTEIRO, Estado da Paraíba, Entidade de Direito Público Interno, com sede na Rua João Minervino Dutra de Almeida, 239, Centro, Monteiro – PB, devidamente inscrita no CNPJ do MF sob o nº 11.442.859/0001-77, neste ato representado por sua Gestora, a Senhora **ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NOBREGA**, residente à Rua Pe. Arthur Cavalcante, 150, Centro- Monteiro/PB, portador do CPF nº 012.556.184-93 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº. 3.068.410- SSP/PB, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e o(a) **ELETROLUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 03.395.396/0001-01, sediado (a) na Avenida Pres. João Pessoa, 367, Centro, CEP 58.400-002, Campina Grande –PB, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **MARCIO MARTINS BARBOSA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1391166, expedida pela (o) SSSD, e CPF nº 713.441.364-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 078/2021/PMM e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0.10.63/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quant.	Valor Unitário	Vlr Total
6	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL	UNID.	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
15	CABO DE ALUMINIO DUPLEX 1X10+10MM	MTS	60	R\$ 1,97	R\$ 118,20

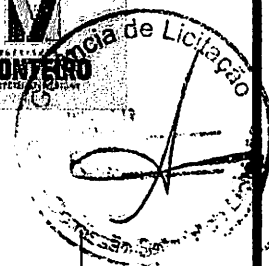
Rua: Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, CEP: 58.500-000 – CNPJ: 09.073.628/0001-91

E-mail: administracao@monteiro.pb.gov.br – Telefone: (083) 3351-1510





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



17	CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX 3 X 1 X 10 + 10MM	MTS	200	R\$ 4,20	R\$ 840,00
18	CABO DE ALUMINIO QUADRUPLEX 3 X 1 X 16 + 16MM	MTS	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
19	CABO DE ALUMINIO QUADRUPLEX 3 X 1 X 35 + 35MM	MTS	200	R\$ 12,09	R\$ 2.418,00
20	CABO FLEXÍVEL 1,50MM	MTS	200	R\$ 0,95	R\$ 190,00
21	CABO FLEXÍVEL 10,00MM 750V	MTS	200	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00
22	CABO FLEXÍVEL 2,50MM	MTS	400	R\$ 1,40	R\$ 560,00
23	CABO FLEXÍVEL 25,00MM 750V	MTS	200	R\$ 19,78	R\$ 3.956,00
25	CABO FLEXÍVEL 6,00MM	MTS	200	R\$ 3,00	R\$ 600,00
26	CABO FLEXÍVEL PP 2 X 1,50MM 1KV	MTS	200	R\$ 3,30	R\$ 660,00
27	CABO FLEXÍVEL PP 2 X 4.00MM 1KV	MTS	200	R\$ 7,30	R\$ 1.460,00
28	CABO FLEXÍVEL PP 3 X 2,50MM 1KV	MTS	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
29	CABO FLEXÍVEL PP 3 X 4.0MM 1KV	MTS	100	R\$ 10,60	R\$ 1.060,00
31	CABO RÍGIDO ISOLADO 1KV 10.0MM	MTS	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
32	CABO RÍGIDO ISOLADO 1KV 16.0MM	MTS	200	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
33	CABO RÍGIDO ISOLADO 1KV 6.00MM	MTS	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
34	CABO TRANCADO CAT 5E UTP	MTS		R\$ 1,95	R\$ 0,00
36	CAIXA DE INSPEÇÃO P/ ATERRAM.30X30	UNID.	2	R\$ 5,20	R\$ 10,40
37	CAIXA DE MEDIÇÃO MONOFÁSICA	UNID.	2	R\$ 55,00	R\$ 110,00
38	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA	UNID.	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00

Rua: Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, CEP: 58.500-000 – CNPJ: 09.073.628/0001-91

E-mail: administracao@monteiro.pb.gov.br – Telefone: (083) 3351-1510





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



39	CANALETA SEMI ABERTA 20X10	UNID.	20	R\$ 6,90	R\$ 138,00
45	CONECTOR AMP CDC VERMELHO	UNID.	10	R\$ 4,99	R\$ 49,90
55	CORDÃO FLEXÍVEL PARALELO 2X1,50MM	MTS	200	R\$ 2,19	R\$ 438,00
56	CORDÃO FLEXÍVEL PARALELO 2X2,50MM	MTS	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
60	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A	UNID.	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
61	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25A	UNID.	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
62	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A	UNID.	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
63	DISJUNTOR MONOFÁSICO 63A	UNID.	4	R\$ 7,99	R\$ 31,96
67	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70A	UNID.	2	R\$ 92,00	R\$ 184,00
68	ELETRODO PENDULO LK-ENP- 1 SENSOR NIVEL	UNID.	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
69	ELETRODUTO DE AÇO GALV.Á FOGO 1.1/2	UNID.	10	R\$ 125,00	R\$ 1.250,00
70	ELETRODUTO PVC ROSCA DE 3/4"	UNID.	100	R\$ 6,50	R\$ 650,00
76	FITA ISOLANTE 19X20 MT	UNID.	100	R\$ 4,98	R\$ 498,00
77	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 19MMX10M	UNID.	20	R\$ 18,48	R\$ 369,60
88	LÂMPADA DE LED BULBO 14W	UNID.	40	R\$ 9,78	R\$ 391,20
90	LÂMPADA DE LED BULBO 4,7W	UNID.	40	R\$ 4,64	R\$ 185,60
91	LÂMPADA DE LED BULBO 9W	UNID.	40	R\$ 4,96	R\$ 198,40
96	LAMPADA LED BULBO 50W MINIMO 4000Lumens 6500K	UNID.	20	R\$ 39,85	R\$ 797,00
112	MANGUEIRA LED BC 11MM	MTS	100	R\$ 4,56	R\$ 456,00
113	MANGUEIRA LED COLOR 11MM	MTS	100	R\$ 4,56	R\$ 456,00
124	PISCA LED BC 8F 100L	UNID.	60	R\$ 10,19	R\$ 611,40

aw

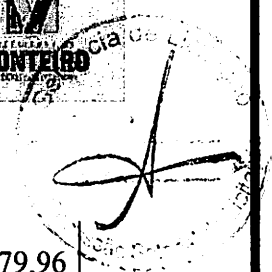
Rua: Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, CEP: 58.500-000 - CNPJ: 09.073.628/0001-91

E-mail: administracao@monteiro.pb.gov.br - Telefone: (083) 3351-1510





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



131	REFLETOR DE LED 100W AFP MINIMO 9000 Lumens	UNID.	4	R\$ 69,99	R\$ 279,96
140	SOQUETE DE PORCELANA E40	UNID.	20	R\$ 7,00	R\$ 140,00
141	SOQUETE RABICHO P/GAMBIARRA	UNID.	20	R\$ 2,24	R\$ 44,80
143	TOMADA PADRÃO BR 2P+T EMBUTIR	UNID.	100	R\$ 4,98	R\$ 498,00
TOTAL					R\$ 29.306,42

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 05/08/2021 e encerramento em 05/08/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Deve-se observar que a vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 29.306,42** (Vinte e nove mil, trezentos e seis mil e quarenta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão: 15- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade de Orçamentária: 015- Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.1011.2117 - Manutenção de Serviços e Conv. e Fortalecimento de Vínculos- SCFV.

Programa de Trabalho: 08.243.1011.2098 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Programa de Trabalho: 08.243.1011.2099 - Serviços de Proteção Social Especial - CREAS/PAEF

Programa de Trabalho: 08.243.1011.2100 - Manutenção da Casa de Acolhimento São Sebastião

Programa de Trabalho: 08.244.1011.2112 - Manutenção do Cento de Convivência do Idoso Iracema de Azevedo Menezes

aw

Rua: Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, CEP: 58.500-000 – CNPJ: 09.073.628/0001-91

E-mail: administracao@monteiro.pb.gov.br – Telefone: (083) 3351-1510





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



Programa de Trabalho: 08.244.1011.2102 - Manutenção das atividades do IGDBF
Programa de Trabalho: 08.244.1011.2110 - Manutenção do Programa IGD/SUAS – FNAS
Programa de Trabalho: 08.244.1011.2106 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.1011.2108 - Expansão e Manutenção do Programa Sopa da Gente e Nosso Pão
Programa de Trabalho: 08.244.1011.2101 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - PAIF/CRAS
Programa de Trabalho: 08.244.1011.2103 - Manutenção de Outros Programas do FNAS
Natureza da Despesa: 30.90.30 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 1001 - Recursos Ordinários
1311 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
1390 - Outros Recursos Destinados à Assistência Social

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, conforme disposto no artigo 40, XIV, “a”, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

aw



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 03 (três dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5 (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.2. Seguro-garantia;

7.2.3. Fiança bancária.

7.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil com correção monetária, em favor do contratante.

7.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

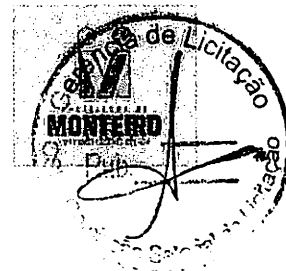
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



14.3. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

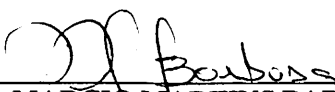
17.1. É eleito o Foro da Monteiro - PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Monteiro - PB, 05 de Agosto de 2021.



ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NOBREGA
CONTRATANTE



MARCIO MARTINS BARBOSA
CPF nº 713.441.364-00
Responsável legal da CONTRATADA



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
Fundo Municipal de Assistência Social
Comissão Setorial de Licitação



TESTEMUNHAS:

1- Kézia Maria Cavalcante Mourato

Nome Completo:

CPF: 032.098.924-03

2- *Luiz Rafael de Brito G. Melo*

Nome Completo:

CPF: 095.257.674-00